

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO****CONVOCAÇÃO Nº 002/2020**

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 8º, I, b, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de 11 de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, acionando o **sistema de deliberação remota** instituído pelo Ato Normativo nº 009, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 002, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, **CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público**, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no **dia 12 de maio de 2020, terça-feira, às 14:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

**1. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCANO, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Marcos José Passos Oliveira Santos	4º Quinto	Sim	-
2	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Não	-
3	Adriano Nunes de Souza	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada
4	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada

**2. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MUNDO NOVO, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS
1	Saulo Rezende Moreira (Requerimento de opção)

**3. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Lucas da Silva Santana	5º Quinto	Sim	-

**4. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JEQUIÉ, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Saulo Murilo de Oliveira Mattos – Titular da 6ª Promotoria de Justiça de Jequié (Atribuição: Criminal; Juizado Especial Criminal; Violência Doméstica contra a Mulher (Cível e Criminal))	5º Quinto	Sim	-
2	Lucas Ramos de Vasconcelos – Titular da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié (Atribuição: Infância e Juventude (Cível e Criminal))	5º Quinto	Sim	-

**5. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.6199/2020 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA IVAN CARLOS NOVAES MACHADO, TITULAR DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL – 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL E O PROMOTOR DE JUSTIÇA FERNANDO LUCAS CARVALHO VILLAR DE SOUZA, TITULAR DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRECÊ – ENTRÂNCIA FINAL;**

**6. PROCEDIMENTO SIGA Nº 3675/2020 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA OSCAR ARAÚJO DA SILVA, TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL – 4º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL E O PROMOTOR DE JUSTIÇA PEDRO ARAUJO CASTRO, TITULAR DA 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL – 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL;**

**7. PROCEDIMENTO SIGA Nº 3586/2020 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO FERREIRA LEAL FILHO, TITULAR DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - 4º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL E O PROMOTOR DE JUSTIÇA ARTUR FERRARI DE ALMEIDA, TITULAR DA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRECÊ – ENTRÂNCIA FINAL;**

**8. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.3423/2020 – PRORROGAÇÃO DE PERÍODO DE AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO DE DOUTORAMENTO NO EXTERIOR. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ALICIA VIOLETA BOTELHO SGADARI PASSEGGI. RELATORA: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS;**

#### **9. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

- 9.1. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 003.0.146461/2008, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 9.2. Procedimento Ministerial nº 696.9.174119/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 9.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.44536/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.4. Inquérito Civil nº 003.9.77983/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.5. Inquérito Civil nº 692.1.4295/2005, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 9.6. Inquérito Civil nº 003.0.209855/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.7. Procedimento Ministerial nº 003.9.140567/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.8. Inquérito Civil nº 647.0.45592/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.9. Procedimento Ministerial nº 003.9.133481/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.10. Inquérito Civil nº 003.9.86513/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.11. Procedimento Ministerial nº 003.9.73497/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.12. Procedimento Ministerial nº 647.0.232905/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.13. Procedimento Ministerial nº 674.9.161946/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.14. Inquérito Civil nº 003.0.116002/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 9.15. Procedimento Ministerial nº 703.9.258489/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

- 9.16. Inquérito Civil nº 307.9.132940/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 9.17. Inquérito Civil nº 003.0.107084/2015, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 9.18. Inquérito Civil nº 003.9.31038/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.19. Inquérito Civil nº 702.9.53652/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.20. Procedimento Ministerial nº 676.1.128173/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 9.21. Inquérito Civil nº 600.9.171279/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.22. Inquérito Civil nº 114.9.149133/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 9.23. Inquérito Civil nº 029.0.118963/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.24. Inquérito Civil nº 704.0.254058/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.25. Procedimento Ministerial nº 694.0.81163/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 9.26. Inquérito Civil nº 003.9.111824/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 9.27. Procedimento Ministerial nº 279.0.63851/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 9.28. Inquérito Civil nº 029.0.32392/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.29. Inquérito Civil nº 003.9.97475/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.30. Procedimento Ministerial nº 597.9.229614/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.31. Inquérito Civil nº 003.9.10296/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

- 9.32. Inquérito Civil nº 003.9.47813/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 9.33. Procedimento Ministerial nº 279.0.142122/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 9.34. Inquérito Civil nº 692.0.27859/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 9.35. Inquérito Civil nº 705.0.111073/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.36. Procedimento Ministerial nº 003.9.105628/2018, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 9.37. Procedimento Ministerial nº 678.0.158659/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 9.38. Inquérito Civil nº 003.0.132511/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 9.39. Inquérito Civil nº 167.9.33434/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 9.40. Inquérito Civil nº 003.9.161338/2019, da Promotoria de Justiça de Itambé;
- 9.41. Inquérito Civil nº 644.0.239186/2016, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 9.42. Inquérito Civil nº 597.9.90282/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.43. Inquérito Civil nº 003.0.41737/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

- 9.44. Inquérito Civil nº 003.9.121960/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.45. Inquérito Civil nº 003.0.203980/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 9.46. Inquérito Civil nº 003.0.167752/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.47. Inquérito Civil nº 600.9.15883/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 9.48. Inquérito Civil nº 003.9.52543/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.49. Procedimento Ministerial nº 003.0.123142/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.50. Inquérito Civil nº 600.9.63011/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.51. Procedimento Ministerial nº 674.9.75563/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.52. Inquérito Civil nº 593.0.94001/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.53. Procedimento Ministerial nº 003.9.31924/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.54. Inquérito Civil nº 003.9.216170/2018, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.55. Inquérito Civil nº 647.0.50930/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.56. Inquérito Civil nº 003.9.197804/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.57. Procedimento Ministerial nº 069.9.99025/2018, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 9.58. Inquérito Civil nº 600.9.34473/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 9.59. Procedimento Ministerial nº 719.9.16692/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 9.60. Inquérito Civil nº 279.0.17168/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 9.61. Inquérito Civil nº 692.9.145190/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 9.62. Inquérito Civil nº 600.0.123389/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.63. Procedimento Ministerial nº 674.9.113066/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.64. Procedimento Ministerial nº 646.0.95626/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.65. Procedimento Ministerial nº 593.9.90977/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.66. Procedimento Ministerial nº 593.2.23507/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.67. Procedimento Ministerial nº 003.9.81967/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.68. Procedimento Ministerial nº 003.9.64393/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.69. Procedimento Ministerial nº 003.9.270788/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

- 9.70. Procedimento Ministerial nº 003.9.160328/2019, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.71. Procedimento Ministerial nº 003.0.183061/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.157624/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.73. Inquérito Civil nº 190.9.115962/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.74. Inquérito Civil nº 598.0115417/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.75. Procedimento Ministerial nº 003.9.29314/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.76. Procedimento Ministerial nº 003.0.26169/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.77. Inquérito Civil nº 167.0.83368/2016, da Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.78. Inquérito Civil nº 003.9.69261/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.140283/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 9.80. Inquérito Civil nº 003.0.76635/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.81. Inquérito Civil nº 003.0.114117/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 9.82. Inquérito Civil nº 003.9.50320/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.83. Inquérito Civil nº 003.9.59196/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.84. Procedimento Ministerial nº 003.9.29985/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.85. Inquérito Civil nº 705.9.163848/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 9.86. Procedimento Ministerial nº 597.9.60863/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.87. Procedimento Ministerial nº 597.9.35332/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.88. Procedimento Ministerial nº 677.9.10963/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 9.89. Procedimento Ministerial nº 003.9.222278/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.90. Inquérito Civil nº 600.9.35600/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.91. Inquérito Civil nº 709.0.221087/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 9.92. Procedimento Ministerial nº 152.0.235009/2016, da Promotoria de Justiça de Andaraí;
- 9.93. Inquérito Civil nº 644.0.212300/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória d Conquista;
- 9.94. Inquérito Civil nº 705.0.240207/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.95. Inquérito Civil nº 003.9.31051/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lauro de Freitas;
- 9.96. Inquérito Civil nº 708.9.84911/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.97. Inquérito Civil nº 003.0.165478/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa



da Educação – GEDUC;

9.98. Inquérito Civil nº 705.0.40180/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

9.99. Inquérito Civil nº 600.9.49068/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

9.100. Inquérito Civil nº 003.9.203857/2017, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

9.101. Procedimento Ministerial nº 003.0.77394/2011, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;

9.102. Inquérito Civil nº 644.0.205766/2010, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

9.103. Inquérito Civil nº 600.9.74775/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

9.104. Procedimento Ministerial nº 699.9.9524/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

9.105. Inquérito Civil nº 680.0.57192/2010, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

9.106. Procedimento Ministerial nº 003.9.113560/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

9.107. Inquérito Civil nº 593.0.125962/2016, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.108. Inquérito Civil nº 646.9.6979/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

9.109. Procedimento Ministerial nº 674.9.161876/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

9.110. Inquérito Civil nº 340.0.41645/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;

9.111. Procedimento Ministerial nº 703.0.248697/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

9.112. Procedimento Ministerial nº 003.9.50342/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

9.113. Inquérito Civil nº 593.0.184935/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.114. Inquérito Civil nº 167.0.55679/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

9.115. Inquérito Civil nº 593.0.172127/2015, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.116. Inquérito Civil nº 646.9.200573/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

9.117. Inquérito Civil nº 003.0.3726/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;

9.118. Inquérito Civil nº 646.0.185574/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

9.119. Procedimento Ministerial nº 597.9.17317/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

9.120. Inquérito Civil nº 598.9.32107/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.121. Procedimento Ministerial nº 703.0.134200/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

9.122. Inquérito Civil nº 003.9.62740/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.123. Procedimento Ministerial nº 597.9.208416/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

9.124. Inquérito Civil nº 003.9.103222/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

9.125. Inquérito Civil nº 003.9.135786/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

9.126. Inquérito Civil nº 723.0.104113/2014, da Promotoria de Justiça de Itamaraju;

9.127. Inquérito Civil nº 167.9.204297/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

- 9.128. Procedimento Ministerial nº 597.9.99638/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.129. Inquérito Civil nº 646.0.145792/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.130. Inquérito Civil nº 705.0.240191/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.131. Inquérito Civil nº 681.9.194398/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 9.132. Procedimento Ministerial nº 003.9.158309/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.133. Procedimento Ministerial nº 101.0.169878/2014, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 9.134. Inquérito Civil nº 167.9.204297/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

- 9.135. Inquérito Civil nº 035.0.189659/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 9.136. Inquérito Civil nº 708.0.242857/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 9.137. Procedimento Ministerial nº 031.9.130933/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 9.138. Inquérito Civil nº 647.0.42713/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.139. Procedimento Ministerial nº 210.0.145000/2016, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 9.140. Inquérito Civil nº 137.0.42410/2012, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;
- 9.141. Inquérito Civil nº 003.0.90688/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.142. Inquérito Civil nº 591.0.195024/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 9.143. Inquérito Civil nº 003.0.177257/2013, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.144. Inquérito Civil nº 003.0.216318/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.145. Procedimento Ministerial nº 597.9.250676/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.146. Inquérito Civil nº 003.9.122421/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.147. Inquérito Civil nº 600.9.54763/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.148. Inquérito Civil nº 593.0.159575/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.149. Inquérito Civil nº 003.9.14604/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.150. Inquérito Civil nº 090.9.240111/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 9.151. Inquérito Civil nº 003.1.93981/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 9.152. Inquérito Civil nº 003.9.234437/2019, da Promotoria de Justiça de Ibirapitanga;
- 9.153. Inquérito Civil nº 114.9.149082/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 9.154. Inquérito Civil nº 251.0.207713/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 9.155. Inquérito Civil nº 598.0.196340/2010, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.156. Procedimento Ministerial nº 703.9.232755/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de



Livramento de Nossa Senhora;

9.157. Inquérito Civil nº 186.0.15148/2013, da Promotoria de Justiça de Piritiba;

9.158. Inquérito Civil nº 600.0.154366/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

9.159. Inquérito Civil nº 003.0.3799/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;

9.160. Procedimento Ministerial nº 699.9.82029/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

9.161. Inquérito Civil nº 593.0.154012/2015, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.162. Inquérito Civil nº 330.0.120181/2008, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;

9.163. Inquérito Civil nº 003.9.42217/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.164. Inquérito Civil nº 190.9.16407/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

9.165. Inquérito Civil nº 593.0.150893/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.166. Procedimento Ministerial nº 003.5.49047/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

9.167. Inquérito Civil nº 655.0.187958/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;

9.168. Inquérito Civil nº 003.9.211509/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

9.169. Procedimento Ministerial nº 003.0.146662/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

9.170. Inquérito Civil nº 003.9.31895/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

9.171. Inquérito Civil nº 593.0.37771/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.172. Procedimento Ministerial nº 035.9.166623/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

9.173. Procedimento Ministerial nº 279.0.80557/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;

9.174. Procedimento Ministerial nº 003.9.47348/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

9.175. Inquérito Civil nº 593.0.126191/2016, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.176. Procedimento Ministerial nº 003.9.2129121/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

9.177. Inquérito Civil nº 696.9.87313/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

9.178. Procedimento Ministerial nº 598.0.215191/2015, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.179. Procedimento Ministerial nº 003.9.173794/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.180. Inquérito Civil nº 598.0.241071/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.181. Inquérito Civil nº 003.0.185335/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

9.182. Procedimento Ministerial nº 003.0.102095/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.183. Inquérito Civil nº 644.0.137646/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

9.184. Inquérito Civil nº 708.9.188132/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

9.185. Inquérito Civil nº 705.0.207232/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

9.186. Inquérito Civil nº 003.0.77809/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

9.187. Inquérito Civil nº 647.0.70724/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

- 9.188. Inquérito Civil nº 090.0.157319/2013, da Promotoria de Justiça de Itanhém;  
9.189. Inquérito Civil nº 167.0.228960/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;  
9.190. Procedimento Ministerial nº 597.9.172089/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;  
9.191. Procedimento Ministerial nº 167.9.114513/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;  
9.192. Inquérito Civil nº 705.0.126334/2009, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;  
9.193. Procedimento Ministerial nº 702.0.146711/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;  
9.194. Procedimento Ministerial nº 003.9.103297/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;  
9.195. Procedimento Ministerial nº 003.9.103297/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;  
9.196. Inquérito Civil nº 597.941311/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;  
9.197. Inquérito Civil nº 681.9.36237/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;  
9.198. Inquérito Civil nº 089.9.14753/2017, da Promotoria de Justiça de Condeúba;  
9.199. Inquérito Civil nº 003.0.181693/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Consumidor;  
9.200. Inquérito Civil nº 003.9.20133/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
9.201. Inquérito Civil nº 003.9.217140/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
9.202. Inquérito Civil nº 003.0.3495/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;  
9.203. Procedimento Ministerial nº 003.0.31208/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Itamaraju;  
9.204. Inquérito Civil nº 590.0112928/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;  
9.205. Inquérito Civil nº 003.1.33294/2004, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES  
CIDADE:**

- 9.206. Recurso Administrativo nº 003.9.78082/2019 em Procedimento Ministerial nº 003.9.146491/2018, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;  
9.207. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 167.9.133260/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;  
9.208. Procedimento Ministerial nº 003.9.160813/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
9.209. Procedimento Ministerial nº 003.0.262759/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;  
9.210. Inquérito Civil nº 709.0.199795/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;  
9.211. Inquérito Civil nº 708.9.109487/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;  
9.212. Inquérito Civil nº 170.0.242093/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;  
9.213. Inquérito Civil nº 646.0.99037/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
9.214. Inquérito Civil nº 007.0.118345/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em

- Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 9.215. Inquérito Civil nº 708.9.189961/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.216. Inquérito Civil nº 029.9.162581/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.217. Inquérito Civil nº 003.9.199868/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 9.218. Inquérito Civil nº 705.0.158094/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.219. Procedimento Ministerial nº 694.0.103632/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 9.220. Inquérito Civil nº 003.9.256465/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.221. Inquérito Civil nº 090.0.150042/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 9.222. Procedimento Ministerial nº 680.9.240027/2017, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 9.223. Inquérito Civil nº 003.9.185722/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.224. Inquérito Civil nº 933.0.199158/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 9.225. Procedimento Ministerial nº 701.9.138415/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 9.226. Procedimento Ministerial nº 655.9.223923/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 9.227. Procedimento Ministerial nº 003.0.35562/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
- 9.228. Procedimento Ministerial nº 035.0.22393/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 9.229. Inquérito Civil nº 933.0.11253/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 9.230. Inquérito Civil nº 003.0.136381/2012, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
- 9.231. Inquérito Civil nº 702.0.82572/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.232. Inquérito Civil nº 699.0.241525/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 9.233. Inquérito Civil nº 674.9.183578/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.234. Inquérito Civil nº 003.0.82353/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 9.235. Inquérito Civil nº 003.9.236019/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.236. Procedimento Ministerial nº 190.9.10635/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.237. Inquérito Civil nº 190.0.59796/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.238. Inquérito Civil nº 090.9.49288/2019, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 9.239. Inquérito Civil nº 003.9.262017/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.240. Procedimento Ministerial nº 597.9.37261/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.241. Procedimento Ministerial nº 003.9.176666/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 9.242. Inquérito Civil nº 597.0.50295/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em

Meio Ambiente com sede em Valença;

9.243. Inquérito Civil nº 646.0.206776/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

9.244. Inquérito Civil nº 597.9.140156/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

9.245. Procedimento Ministerial nº 003.9.128251/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

9.246. Procedimento Ministerial nº 003.9.45702/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.247. Inquérito Civil nº 003.9.46049/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

9.248. Inquérito Civil nº 003.0.16332/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

9.249. Inquérito Civil nº 003.0.103981/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

9.250. Procedimento Ministerial nº 003.0.3567/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

9.251. Procedimento Ministerial nº 003.9.19148/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.252. Inquérito Civil nº 003.9.130646/2017, da Promotoria de Justiça de Conde;

9.253. Inquérito Civil nº 003.9.93379/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

9.254. Inquérito Civil nº 597.9.38055/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

9.255. Procedimento Ministerial nº 681.9.269829/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

9.256. Inquérito Civil nº 705.0.55513/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

9.257. Inquérito Civil nº 596.9.189835/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;

9.258. Inquérito Civil nº 597.9.103817/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

9.259. Inquérito Civil nº 705.0.62530/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

9.260. Procedimento Ministerial nº 597.9.49325/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

9.261. Inquérito Civil nº 003.9.232488/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.262. Inquérito Civil nº 003.0.237247/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

9.263. Inquérito Civil nº 003.0.115399/2008, da Promotoria de Justiça de Andaraí;

9.264. Inquérito Civil nº 057.9.84615/2018, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

9.265. Inquérito Civil nº 003.0.59538/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.266. Procedimento Ministerial nº 708.9.126047/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

9.267. Inquérito Civil nº 597.9.52965/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

9.268. Inquérito Civil nº 279.0.76893/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo



- Estevão;
- 9.269. Inquérito Civil nº 592.0.220712/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 9.270. Procedimento Ministerial nº 003.9.137474/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.271. Procedimento Ministerial nº 674.9.95931/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.272. Procedimento Ministerial nº 593.9.217871/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.273. Inquérito Civil nº 598.0.86072/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.274. Procedimento Ministerial nº 692.9.234098/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 9.275. Procedimento Ministerial nº 003.9.150714/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 9.276. Inquérito Civil nº 003.9.190716/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 9.277. Inquérito Civil nº 593.0.65347/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.278. Inquérito Civil nº 598.0.16052/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.279. Procedimento Ministerial nº 167.9.114504/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.280. Inquérito Civil nº 674.9.156432/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.281. Inquérito Civil nº 003.9.101369/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Público – GEPAM;
- 9.282. Inquérito Civil nº 003.9.98146/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 9.283. Procedimento Ministerial nº 003.9.42832/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.284. Procedimento Ministerial nº 003.9.256478/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.285. Procedimento Ministerial nº 003.9.31311/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.286. Procedimento Ministerial nº 708.9.164810/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.287. Inquérito Civil nº 600.9.173019/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.288. Inquérito Civil nº 705.0.222095/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.289. Inquérito Civil nº 167.0.228906/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.290. Inquérito Civil nº 007.0.172366/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 9.291. Inquérito Civil nº 003.2.9927/2005, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 9.292. Procedimento Ministerial nº 003.9.27051/2019,, da 8ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 9.293. Inquérito Civil nº 279.0.178192/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 9.294. Inquérito Civil nº 705.0.222057/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.295. Procedimento Ministerial nº 003.0.173772/2012, da Promotoria de Justiça



Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:**

- 9.296. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.183542/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 9.297. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 678.9.100268/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 9.298. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.196757/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa - GEPAM;
- 9.299. Procedimento Ministerial nº 167.0.189257/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.300. Inquérito Civil nº 190.9.102619/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.301. Inquérito Civil nº 003.0.35678/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 9.302. Inquérito Civil nº 656.9.12736/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 9.303. Inquérito Civil nº 699.0.3990/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 9.304. Inquérito Civil nº 597.0.192478/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.305. Inquérito Civil nº 705.0.109239/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.306. Inquérito Civil nº 027.0.15611/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 9.307. Procedimento Ministerial nº 003.9.36133/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.308. Inquérito Civil nº 702.0.237244/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.309. Inquérito Civil nº 332.0.24081/2014, da Promotoria de Justiça de Tremedal;
- 9.310. Inquérito Civil nº 598.0.119681/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 9.311. Inquérito Civil nº 598.0.176466/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 9.312. Procedimento Ministerial nº 003.9.79880/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.313. Inquérito Civil nº 646.0.74491/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 9.314. Inquérito Civil nº 933.0.120841/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 9.315. Inquérito Civil nº 003.0.36233/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 9.316. Procedimento Ministerial nº 003.9.58324/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.317. Inquérito Civil nº 680.9.202247/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 9.318. Procedimento Ministerial nº 020.9.94872/2019, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 9.319. Inquérito Civil nº 003.0.116065/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 9.320. Procedimento Ministerial nº 003.0.32847/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

- 9.321. Procedimento Ministerial nº 003.0.90574/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.322. Procedimento Ministerial nº 003.9.100647/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.323. Procedimento Ministerial nº 003.9.161860/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.324. Procedimento Ministerial nº 003.9.52658/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.325. Procedimento Ministerial nº 600.0.182553/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus.
- 9.326. Inquérito Civil nº 681.0.229986/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 9.327. Inquérito Civil nº 705.0.24008/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.328. Procedimento Ministerial nº 597.9.15870/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.329. Inquérito Civil nº 003.0.198875/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.330. Inquérito Civil nº 596.9.6389/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 9.331. Procedimento Ministerial nº 003.9.170786/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.332. Inquérito Civil nº 003.9.134998/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 9.333. Inquérito Civil nº 003.9.56319/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.334. Inquérito Civil nº 003.9.211304/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 9.335. Procedimento Ministerial nº 340.9.251526/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 9.336. Inquérito Civil nº 681.0.171391/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 9.337. Inquérito Civil nº 003.9.69554/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.338. Inquérito Civil nº 003.9.204694/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.339. Inquérito Civil nº 167.0.167409/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.340. Inquérito Civil nº 655.0.32037/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 9.341. Procedimento nº 003.9.269288/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.342. Procedimento Ministerial nº 692.9.235117/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 9.343. Inquérito Civil nº 003.9.169225/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.344. Inquérito Civil nº 600.0.137719/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.345. Inquérito Civil nº 674.0.102834/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.346. Inquérito Civil nº 003.9.54074/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXMA. SRA. DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:**

- 9.347. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 268.9.148477/2018, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 9.348. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 707.9.199135/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 9.349. Procedimento Ministerial nº 702.9.115350/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.350. Inquérito Civil nº 590.0.209095/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 9.351. Procedimento Ministerial nº 003.9.159249/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.352. Inquérito Civil nº 003.9.97474/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.353. Procedimento Ministerial nº 003.0.85651/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 9.354. Procedimento Ministerial nº 003.9.19830/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.355. Procedimento Ministerial nº 167.0.84043/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.356. Inquérito Civil nº 933.9.76329/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 9.357. Inquérito Civil nº 597.0.1274/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.358. Inquérito Civil nº 003.0.127298/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.359. Inquérito Civil nº 003.0.177926/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.360. Inquérito Civil nº 702.9.161088/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 9.361. Inquérito Civil nº 167.9.67650/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 9.362. Inquérito Civil nº 167.9.67663/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 9.363. Inquérito Civil nº 029.0.32667/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.364. Inquérito Civil nº 676.0.79652/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 9.365. Inquérito Civil nº 590.0.241851/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 9.366. Procedimento Ministerial nº 003.0.59043/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.367. Inquérito Civil nº 644.0.232254/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 9.368. Inquérito Civil nº 646.0.204683/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.369. Inquérito Civil nº 674.9.40683/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.370. Inquérito Civil nº 003.9.109737/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.371. Procedimento Ministerial nº 003.0.147423/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.372. Inquérito Civil nº 708.9.190132/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.373. Inquérito Civil nº 646.0.179276/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

- 9.374. Inquérito Civil nº 593.0.104149/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.375. Inquérito Civil nº 254.0.116866/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 9.376. Procedimento Ministerial nº 702.9.218569/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.377. Inquérito Civil nº 598.9.255643/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.378. Inquérito Civil nº 646.0.177169/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.379. Inquérito Civil nº 681.0.182998/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 9.380. Inquérito Civil nº 702.0.130051/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 9.381. Inquérito Civil nº 708.0.233384/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.382. Inquérito Civil nº 003.0.149525/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.383. Inquérito Civil nº 702.9.170476/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.384. Inquérito Civil nº 003.0.103618/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.385. Inquérito Civil nº 003.0.176867/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.386. Inquérito Civil nº 114.9.104011/2018, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 9.387. Inquérito Civil nº 003.0.222679/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 9.388. Inquérito Civil nº 094.0.30819/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.389. Inquérito Civil nº 596.0.36745/2013, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 9.390. Inquérito Civil nº 003.0.80961/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.391. Inquérito Civil nº 003.0.62003/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.392. Inquérito Civil nº 003.0.188557/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.393. Inquérito Civil nº 101.0.200571/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 9.394. Procedimento Ministerial nº 003.0.10286/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.395. Inquérito Civil nº 268.9.24880/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 9.396. Inquérito Civil nº 674.0.167255/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.397. Inquérito Civil nº 694.0.101730/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 9.398. Inquérito Civil nº 003.0.135490/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.399. Procedimento Ministerial nº 003.0.255280/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
- 9.400. Inquérito Civil nº 702.9.186219/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 9.401. Inquérito Civil nº 598.9.194396/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.402. Inquérito Civil nº 147.0.162409/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 9.403. Inquérito Civil nº 075.9.250206/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 9.404. Inquérito Civil nº 598.0.125408/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.405. Inquérito Civil nº 003.0.48783/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa



da Educação – GEDUC;

9.406. Inquérito Civil nº 003.0.142551/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.407. Inquérito Civil nº 003.0.151873/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina.

9.408. Procedimento Ministerial nº 003.9.164860/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

9.409. Inquérito Civil nº 114.9.47151/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

9.410. Inquérito Civil nº 003.0.92035/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;

9.411. Inquérito Civil nº 088.0.46532/2016, da Promotoria de Justiça de Conde;

9.412. Inquérito Civil nº 720.9.39202/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

9.413. Inquérito Civil nº 593.0.76019/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.414. Inquérito Civil nº 021.0.56787/2016, da Promotoria de Justiça de Barra do Choça;

9.415. Inquérito Civil nº 003.9.167349/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.416. Inquérito Civil nº 003.0.131510/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

9.417. Procedimento Ministerial nº 003.9.31827/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.418. Inquérito Civil nº 644.0.258030/2016, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

9.419. Inquérito Civil nº 644.9.74350/2018, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

9.420. Inquérito Civil nº 674.9.123444/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

9.421. Inquérito Civil nº 702.9.142408/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

9.422. Inquérito Civil nº 702.0.219248/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

9.423. Inquérito Civil nº 699.9.87752/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

9.424. Procedimento Ministerial nº 003.9.130968/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.425. Procedimento Ministerial nº 694.0.77154/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;

9.426. Inquérito Civil nº 646.0.239678/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

9.427. Inquérito Civil nº 596.0.220473/2014, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

9.428. Inquérito Civil nº 596.0.95589/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

9.429. Procedimento Ministerial nº 003.0.207947/2009, da Promotoria de Justiça de Coaraci;

9.430. Inquérito Civil nº 003.9.9246/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.431. Procedimento Ministerial nº 003.0.174984/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.432. Procedimento Ministerial nº 699.1.113885/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

9.433. Inquérito Civil nº 003.9.50314/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.434. Inquérito Civil nº 705.9.139134/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em



- Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 9.435. Procedimento Ministerial nº 597.9.198722/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.436. Inquérito Civil nº 003.0.85221/2011, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.437. Procedimento Ministerial nº 647.0.149663/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.438. Procedimento Ministerial nº 003.0.31191/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 9.439. Procedimento Ministerial nº 704.9.112360/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.440. Inquérito Civil nº 003.0.74358/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 9.441. Procedimento Ministerial nº 699.9.70009/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 9.442. Inquérito Civil nº 674.9.224295/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 9.443. Inquérito Civil nº 003.0.68126/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.444. Inquérito Civil nº 029.9.162585/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 9.445. Inquérito Civil nº 003.0.161864/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.446. Procedimento Ministerial nº 597.9.150580/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.447. Inquérito Civil nº 598.0.242322/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.448. Inquérito Civil nº 003.0.133137/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 9.449. Inquérito Civil nº 590.0.202596/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 9.450. Inquérito Civil nº 167.0.58988/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.451. Inquérito Civil nº 591.9.197078/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 9.452. Inquérito Civil nº 705.0.187356/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.453. Inquérito Civil nº 598.9.240582/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.454. Procedimento Ministerial nº 058.9.85765/2019, da Promotoria de Justiça de São José do Jacuípe;
- 9.455. Inquérito Civil nº 003.9.115955/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.456. Inquérito Civil nº 003.9.91072/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.457. Inquérito Civil nº 167.0.117542/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 9.458. Inquérito Civil nº 003.9.36363/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 9.459. Procedimento Ministerial nº 003.9.126761/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.460. Inquérito Civil nº 647.0.23547/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.461. Inquérito Civil nº 003.0.85350/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.462. Inquérito Civil nº 003.9.46320/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio

Ambiente;

9.463. Inquérito Civil nº 003.0.232221/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

9.464. Inquérito Civil nº 045.9.148013/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

9.465. Inquérito Civil nº 644.0.80009/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

9.466. Inquérito Civil nº 676.0.118347/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;

9.467. Procedimento Ministerial nº 598.0.146951/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.468. Inquérito Civil nº 003.9.119231/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.469. Inquérito Civil nº 699.0.42825/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

9.470. Inquérito Civil nº 691.0.53707/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;

9.471. Inquérito Civil nº 075.0.88262/2014, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

9.472. Inquérito Civil nº 190.0.188441/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

9.473. Procedimento Ministerial nº 593.0.217386/2016, apensos nº 593.9.144585/2019 e nº 593.9.151567/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

9.474. Inquérito Civil nº 598.9.222750/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.475. Procedimento Ministerial nº 608.9.124743/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

9.476. Inquérito Civil nº 003.9.133785/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

9.477. Inquérito Civil nº 598.9.259757/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

9.478. Inquérito Civil nº 003.9.100008/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.479. Inquérito Civil nº 003.9.588/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

9.480. Procedimento Ministerial nº 003.0.181922/2008, da Promotoria de Justiça de Santa Luzia;

9.481. Inquérito Civil nº 003.0.12193/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

9.482. Inquérito Civil nº 003.9.122802/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

9.483. Inquérito Civil nº 674.9.19287/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

9.484. Inquérito Civil nº 692.9.1129173/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

9.485. Inquérito Civil nº 069.9.201942/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

9.486. Procedimento Ministerial nº 279.0.68408/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;

9.487. Procedimento Ministerial nº 088.9.192938/2019, da Promotoria de Justiça de Conde;

9.488. Procedimento Ministerial nº 003.9.87585/2019, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

9.489. Inquérito Civil nº 022.0.151348/2008, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;

- 9.490. Inquérito Civil nº 003.9.19399/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.491. Inquérito Civil nº 680.9.219767/2018, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 9.492. Inquérito Civil nº 003.0.123530/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 9.493. Inquérito Civil nº 003.9.27980/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.494. Inquérito Civil nº 003.9.19799/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.495. Procedimento Ministerial nº 003.9.87381/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.496. Inquérito Civil nº 591.9.186438/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 9.497. Inquérito Civil nº 003.0.172166/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.498. Inquérito Civil nº 597.9.268611/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.499. Inquérito Civil nº 696.9.218682/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 9.500. Inquérito Civil nº 708.9.88381/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.501. Inquérito Civil nº 644.0.179610/2013, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 9.502. Inquérito Civil nº 705.9.39947/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.503. Inquérito Civil nº 699.9.128403/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 9.504. Inquérito Civil nº 003.5.20998/2007, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.505. Inquérito Civil nº 003.0.158269/2014, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.506. Inquérito Civil nº 680.0.167424/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 9.507. Procedimento Ministerial nº 003.9.38714/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.508. Inquérito Civil nº 003.0.188468/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 9.509. Inquérito Civil nº 003.9.22764/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.510. Inquérito Civil nº 644.9.239431/2017, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 9.511. Procedimento Ministerial nº 597.9.18843/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.512. Procedimento Ministerial nº 597.9.18921/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.513. Inquérito Civil nº 600.9.24676/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.514. Inquérito Civil nº 646.0.185832/0015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.515. Inquérito Civil nº 708.9.187433/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 9.516. Inquérito Civil nº 003.9.90045/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.517. Inquérito Civil nº 646.0.195722/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.518. Inquérito Civil nº 696.9.150319/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

- 9.519. Procedimento Ministerial nº 597.9.109381/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença.
- 9.520. Procedimento Ministerial nº 705.9.66768/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.521. Inquérito Civil nº 003.0.244025/2016, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 9.522. Inquérito Civil nº 045.0.52446/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.523. Inquérito Civil nº 593.0.210130/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 9.524. Inquérito Civil nº 003.0.35559/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.525. Inquérito Civil nº 705.0.120476/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 9.526. Inquérito Civil nº 007.0.171896/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 9.527. Inquérito Civil nº 003.0.209643/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 9.528. Procedimento Ministerial nº 592.0.137561/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 9.529. Procedimento Ministerial nº 279.0.17738/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 9.530. Inquérito Civil nº 696.0.63910/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 9.531. Procedimento Ministerial nº 003.9.190071/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.532. Procedimento Ministerial nº 069.9.166795/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 9.533. Procedimento Ministerial nº 003.9.197803/2019, apenso nº 003.9.197786/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.534. Inquérito Civil nº 590.0.264703/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 9.535. Inquérito Civil nº 003.0.162437/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.536. Inquérito Civil nº 596.0.69125/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 9.537. Procedimento Ministerial nº 680.9.169317/2019, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 9.538. Inquérito Civil nº 521.0.36089/2012, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 9.539. Procedimento Ministerial nº 597.9.184488/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.540. Procedimento Ministerial nº 646.9.236630/2019, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 9.541. Procedimento Ministerial nº 646.9.46839/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.542. Inquérito Civil nº 644.0.176736/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 9.543. Inquérito Civil nº 003.0.237227/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 9.544. Inquérito Civil nº 003.9.184284/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

- 9.545. Inquérito Civil nº 003.0.205137/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 9.546. Procedimento Ministerial nº 597.9.220988/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.547. Inquérito Civil nº 003.0.150092/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 9.548. Procedimento Ministerial nº 592.9.62587/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 9.549. Inquérito Civil nº 045.0.229678/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.550. Procedimento Ministerial nº 698.9.3978/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 9.551. Inquérito Civil nº 190.9.38226/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.552. Inquérito Civil nº 705.0.28258/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

- 9.553. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 933.9.80543/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 9.554. Procedimento Ministerial nº 597.9.114370/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.555. Inquérito Civil nº 598.0.234653/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 9.556. Inquérito Civil nº 590.0.92040/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 9.557. Inquérito Civil nº 644.0.100687/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 9.558. Inquérito Civil nº 085.0.174892/2016, da Promotoria de Justiça de São Felipe;
- 9.559. Inquérito Civil nº 003.0.54174/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 9.560. Inquérito Civil nº 680.0.133428/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 9.561. Inquérito Civil nº 644.0.36189/2014, da 13ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 9.562. Inquérito Civil nº 003.0.18593/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.563. Inquérito Civil nº 593.0.194035/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 9.564. Procedimento Ministerial nº 647.0.232892/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 9.565. Inquérito Civil nº 646.9.159911/2017, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 9.566. Procedimento Ministerial nº 592.9.98374/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 9.567. Procedimento Ministerial nº 596.0.24131/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;
- 9.568. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.103207/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.569. Procedimento Ministerial nº 597.9.133130/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.570. Procedimento Ministerial nº 681.9.187469/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 9.571. Procedimento Ministerial nº 597.9.135102/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;



- 9.572. Procedimento Ministerial nº 003.0.136802/2012, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 9.573. Inquérito Civil nº 702.0.127809/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 9.574. Procedimento Ministerial nº 597.9.210583/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.575. Inquérito Civil nº 003.0.78450/2013, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
- 9.576. Procedimento Ministerial nº 058.9.85530/2019, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
- 9.577. Inquérito Civil nº 167.9.67078/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 9.578. Procedimento Ministerial nº 591.9.73044/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 9.579. Procedimento Ministerial nº 597.9.211974/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.580. Procedimento Ministerial nº 597.9.211328/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 9.581. Procedimento Ministerial nº 003.9.176395/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 9.582. Procedimento Ministerial nº 190.9.208487/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 9.583. Procedimento Ministerial nº 003.0.76801/2007, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 9.584. Inquérito Civil nº 308.0.162512/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe.

## 10. O QUE OCORRER.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 15 minutos antes do início da sessão, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 30 de abril de 2020.

**NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público